

A educação para o trabalho no período republicano e sua contribuição na formação da sociedade brasileira

BERNADETTA MARIA PEREIRA¹

O objetivo deste artigo é apresentar a síntese de alguns trabalhos sobre a temática histórico-educacional, enfocando o papel que a educação para o trabalho representou na formação da sociedade brasileira e também compreender de forma mais ampla o valor desse espaço histórico-educacional no período republicano. O objeto de estudo é a rede de Escolas de Aprendizes Artífices - EAAs (1910-1942), primeira política nacional de tentativa de padronização do ensino profissional técnico federal no Brasil, com ênfase na Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais - EAA-MG.

A arte de contar a história e os registros críticos da origem da educação profissional técnica brasileira de nível federal podem ser classificados em dois tipos distintos de estudos. O primeiro situa-se no âmbito geral do cenário nacional e o segundo, caracterizado como específico, centra-se na esfera do contexto estadual. Esses estudos enfocam os significados e a relevância das EAAs espalhadas pelas capitais dos estados na Primeira República.

Criadas em 23 de setembro de 1909², duas décadas após a Proclamação da República, as EAAs resultaram de uma ação distinta do presidente Nilo Peçanha³, no âmbito político-educacional, difundindo os valores republicanos, por meio da modernidade pedagógica. As EAAs (1910-1940) podem ser caracterizadas pela transição do ensino de ofícios à consolidação do ensino profissional técnico

¹ Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG.

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas-Unicamp-SP

Mestra e Especialista em Educação pela Universidad de La Habana - Cuba

² O Decreto n. 7.566 de criação da Rede de EAAs foi assinado em 23 de setembro de 1909, três meses, apenas, depois da posse do presidente Nilo Peçanha.

³ “Nilo Peçanha (1867-1924) era natural da cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro. Com a morte de Afonso Pena em 14 de junho de 1909, na qualidade de vice-presidente, assumiu a primeira magistratura da nação por dezessete meses, sendo sua gestão marcada por muitas realizações em todas as áreas”. (PATRÍCIO, 2003:16).

federal, na sociedade que principiava no Brasil em que o trabalho livre começa a se estruturar como trabalho assalariado.

Em 1941, as EAAs se transformam em Liceus Industriais e em 1942 em Escolas Técnicas. O Ensino Industrial é elevado ao grau médio com a Lei Orgânica do Ensino Técnico Industrial⁴.

As EAAs são as primeiras configurações escolares dos Centros Federais de Educação Tecnológica no País, denominados CEFETs, instituídos em 1978, e constituem o atual Sistema Nacional de Educação Tecnológica implementado em 1994, como resultado das políticas públicas, que transformaram todas as Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica. Em 1994 a maioria dos CEFETs se transformou em Instituições Federais de Educação-IFE constituindo o atual Sistema Nacional de Educação Tecnológica. O CEFET-PR se transformou em Universidade Tecnológica e o CEFET-MG está lutando para conseguir esse *status*.

As 19 EAAs foram instaladas simultaneamente nas capitais dos Estados brasileiros até o final de 1910:

[...] além das escolas de Campos e Porto Alegre (Instituto Técnico Profissional) que, existentes previamente, foram, para fins legais e de recebimento de auxílio federal, consideradas como as Escolas de Aprendizes Artífices dos Estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, respectivamente. (QUELUZ, 2000:31)

No QUADRO a seguir, encontram-se as datas das inaugurações das EAAs no País.

Quadro 1 – Inauguração das Escolas de Aprendizes Artífices⁵

Instituição	Data de inauguração
Escola de Aprendizes Artífices de Mato Grosso	01/01/1910
Escola de Aprendizes Artífices do Piauí	01/01/1910
Escola de Aprendizes Artífices de Goiás	01/01/1910
Escola de Aprendizes Artífices do Rio Grande do Norte	03/01/1910

⁴ Decreto Lei n. 6.029, de 1942.

⁵ Criadas em 1909 as EAAs iniciam sua efetiva atuação nas datas de inauguração.

Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba	06/01/1910
Escola de Aprendizes Artífices do Maranhão	16/01/1910
Escola de Aprendizes Artífices do Paraná	16/01/1910
Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas	21/01/1910
Escola de Aprendizes Artífices de Campos / RJ	23/01/1910
Escola de Aprendizes Artífices de Pernambuco	16/02/1910
Escola de Aprendizes Artífices do Espírito Santo	24/02/1910
Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo	24/02/1910
Escola de Aprendizes Artífices de Sergipe	01/05/1910
Escola de Aprendizes Artífices do Ceará	24/05/1910
Escola de Aprendizes Artífices da Bahia	02/06/1910
Escola de Aprendizes Artífices do Pará	01/08/1910
Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina	01/09/1910
Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais	08/09/1910
Escola de Aprendizes Artífices do Amazonas	01/10/1910

Fonte: SOARES, 1982:59-60.

Kunze (2005:26), ao analisar este quadro, considera a rapidez com que as EAAs foram inauguradas e confirma que a consolidação da ideia de “[...] educação profissional do governo federal foi tratada como assunto de prioridade nacional pelos governos estaduais.” A autora ainda lembra que,

na concepção de Cunha (2000b), a presença da União nas unidades federadas, por intermédio das EAAs, visou reforçar o pacto federativo que consistia em garantir que os Estados membros, dotados de autonomia, se associassem ao Estado soberano e indissolúvel para juntos decidirem os rumos do país e, neste caso específico, os rumos da educação para o trabalho. (KUNZE, 2005:36)

Portanto, a inauguração das EAAs foi o ápice da educação profissional no Brasil, marcado por uma singularidade: a atuação efetiva do Estado na formação para o trabalho. Até então, a história da formação para o trabalho, desde os tempos do Brasil Colônia, era uma história que se resolvia na esfera do público ou do privado, ou, quando muito, por meio do Ministério Público, por intermédio das

corporações. Muitas vezes elas não se chamavam corporações, e, sim, irmandades, funcionando ligadas à Igreja. Funcionavam, também, como apêndice de outras instituições para a formação para o trabalho. Às vezes até como instituições estatais – por exemplo, as Forças Armadas, os SENAIs, e assim por diante.

A partir do momento, em que essa formação para o trabalho se escolariza ela se torna mais fruto da iniciativa particular – como no caso das instituições de Liceus de Artes e Ofícios – do que propriamente de iniciativas estatais. Mesmo quando o liberalismo educacional no Brasil nos fins do século XIX inculcou a necessidade da escolarização profissional, nos discursos de Rui Barbosa e outros, o Estado não foi à frente para implementar a educação profissional, e, sim, as instituições religiosas – por exemplo, os Salesianos. Realmente, as EAAs constituíram a primeira intervenção do Estado na área da educação profissional.

Os pesquisadores que se dedicaram ao estudo das EAAs, tanto no âmbito geral e nacional como no âmbito específico e estadual, são apresentados a seguir.

A literatura sobre as Escolas de Aprendizes Artífices no âmbito do cenário nacional

O primeiro tipo de estudo caracteriza-se por trabalhos como o de Fonseca (1961), o de Cunha (2000), o de Cunha, Soares e Vinha (1980), que já são reconhecidos pela tradição brasileira sobre a educação profissional técnica, sobretudo no âmbito de suas políticas públicas e da apreciação crítica da composição dessa rede de instituições no cenário nacional.

Fonseca (1986) aborda a evolução histórica do ensino industrial e profissional técnico brasileiro desde o período colonial até a década de 1960, por meio de documentos, leis, regulamentos e dados empíricos. O autor recompõe a trajetória do movimento histórico do ensino profissional no Brasil, expondo seus obstáculos, conquistas e defendendo-o. Sua obra contém preciosas “informações referentes a decretos, leis e pareceres”, possibilitando ao estudioso uma relação estreita com fontes documentais específicas. Sua obra pioneira, editada inicialmente em 1961, já foi reeditada em cinco volumes, pelo SENAI, em 1986.

Cunha (1979a, 1979b, 1983, 1984, 2000a, 2000b, 2000c, 2001) desenvolveu uma abordagem extensa e crítica, fundamentada em pressupostos teóricos e em dados empíricos, sobre a política educacional ligada à profissionalização do ensino de ofícios no início da industrialização no Brasil. O autor enfoca a nova perspectiva do ensino de ofícios manufatureiros e industriais no contexto da Primeira República; ou seja, o ensino profissionalizante foi um dos instrumentos de integração do trabalhador à sociedade moderna do período republicano, sem deixar de ser prescrito como “reformador de delinquentes”.

O autor considera que as instituições de ofícios particulares e públicas, como as Escolas Ferroviárias Paulistas e as Escolas de Aprendizes Artífices, são analisadas e consideradas como os antecedentes dos atuais SENAIs e dos CEFETs. Contudo, é necessário tomar cuidado com as generalizações que Cunha sustenta. Com relação aos SENAIs, eles fazem parte do chamado Sistema S, que foi introduzido no Brasil no período em que Capanema foi ministro da Educação. O Sistema S foi caracterizado pela formação para o trabalho patrocinado pelas empresas, ou seja, o empresarismo na educação profissional. De que maneira as EAAs são antecedentes dos SENAIs? Historicamente isso não se sustenta. Da mesma maneira, os CEFETs estão inseridos em uma realidade de educação tecnológica que difere da educação das EAAs. O autor contextualiza o momento histórico e social no qual estas últimas foram criadas, assim como a produção manufatureira delas. Cunha, em seus artigos sobre o ensino manufatureiro nos liceus, arsenais e asilos, também buscou aproximar as convergências existentes no ensino profissionalizante relacionando-as a estrutura econômica do País.

Soares (1980, 1981, 1982, 1995) conseguiu realizar uma obra ao mesmo tempo abrangente e específica, por tratar apenas das características diversificadas das EAAs, além de sua própria legislação. O autor aborda as fontes inspiradoras da Escola, assim como sua estrutura e evolução. Soares também analisou a nova ética do trabalho na década de 1920, conforme informação de Queluz (2000).

Cunha, Soares e Vinha (1980) escreveram um relatório intitulado “A formação escolar da força de trabalho industrial no Brasil: as escolas de aprendizes artífices”, no qual abordam a criação das 19 EAAs. Um sistema escolar submetido a uma legislação específica, que as distinguiu das demais instituições de ensino profissional mantidas por

particulares, fossem congregações religiosas ou não. A constituição desse sistema assumiu contornos mais nítidos a partir de 1919, com a incorporação da Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Brás, destinada a formar professores para as EAAs.

O autor inicia o texto apresentando um panorama do ensino de ofícios no Império e analisa os aspectos propriamente organizacionais e pedagógico-administrativos das EAAs, destacando os seguintes tópicos: a implantação das escolas; o ensino de ofícios, de letras, de desenho e de aperfeiçoamento; a disciplina; o corpo docente; a formação de professores e a direção das escolas. São usadas séries estatísticas relativas a matrículas, frequência, conclusões e outros dados que permitiram avaliar a dimensão e a eficiência de todo o sistema. Também foi feita uma análise conjuntural da economia do País, além das funções ideológicas atribuídas às EAAs, finalizando com as transformações sofridas e o desenvolvimento do sistema.

Esses estudiosos optaram por focar uma análise geral das EAAs em um contexto nacional. Suas contribuições são essenciais e relevantes porque nos fornecem o contexto mais amplo, no qual as trajetórias específicas de cada uma das EAAs, em distintos Estados brasileiros, podem ser compreendidas.

A literatura específica sobre as Escolas de Aprendizes Artífices no âmbito do cenário estadual

No segundo tipo de estudo enfocam-se as análises particulares de pesquisadores que escolheram abraçar como objeto de investigação científica a conjuntura específica de nove EAAs em diferentes Estados brasileiros. São múltiplos olhares sobre uma ação político-educacional distinta: a institucionalização da primeira rede federal brasileira de ensino profissional técnico, primeira configuração escolar da rede federal brasileira de educação tecnológica: os CEFET's. Criadas ao mesmo tempo em 19 capitais do País, durante a Primeira República, essas escolas são reconhecidas como componentes da modernidade pedagógica republicana. Esses estudos englobam os trabalhos de mestrado e doutorado de pesquisadores como Bastos (1980), Madeira (1999), Queluz (2000), D'Angelo (2000), Souza (2002), Ferreira (2002), Patrício (2003) e Kunze (2005), Pereira, (2008), referentes, respectivamente, às EAAs do Pará, Ceará, Paraná e Rio Grande do Sul (Instituto Técnico Profissional de Porto Alegre, denominado

posteriormente de Instituto Parobé), São Paulo, Amazonas, Paraíba, Sergipe, Mato Grosso, Minas Gerais.

As EAAs são caracterizadas pela transição do ensino de ofícios à consolidação do ensino profissional técnico federal, na sociedade brasileira. Cada escola resguardava suas próprias especificidades e revelava, também, a frequência com que se repetiram certos aspectos do processo de criação, instalação, funcionamento e desenvolvimento delas, pois o contexto local também interferia nesses aspectos.

Chamamos a atenção para aqueles autores que, de alguma forma, permitiram uma aproximação com as questões de investigação e com o objetivo da pesquisa sobre a Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais – EAA-MG. Queluz (2000) permitiu-nos melhor compreender o papel exercido pelo Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico, criado com a intenção de reorganizar o ensino ministrado nas EAAs em todo o País. Em outras palavras, essas Escolas, com exceção da EAA-RS e da EAA-SP, adotavam um ensino profissional baseado no método manual demonstrativo. João Luderitz, diretor da EAA-RS, adotava o método da “industrialização do ensino”, como elemento básico no desenvolvimento do ensino técnico. Assim, foi o encarregado de supervisionar o Serviço de Remodelação do Ensino Profissional, disseminando um ensino técnico baseado em condições industriais.

Ferreira (2002:17) aborda o controle social dos excluídos, na ótica de uma estrutura teórico-conceitual foucaultiana, que busca compreender o papel da EAA da Paraíba, como parte da “[...] malha de instituições disciplinares da época, dentro de um esforço conjunto de reordenamento da sociedade para a consolidação do trabalho assalariado”. O autor contribuiu para a compreensão epistemológica do papel das instituições disciplinares no contexto da exclusão e do controle social fornecendo alguns elementos para que nós, estudiosos da História da Educação, pudéssemos considerar e incluir em nossas análises sobre o modelo de escola diante das influências do passado nas estruturas do presente.

Patrício (2003) objetivou empreender uma busca da trajetória histórica da EAA-SE no contexto de implantação de uma rede federal de ensino profissionalizante e da política educacional da Primeira República. Entrevistas não estruturadas foram realizadas com dois ex-alunos, contribuindo para que outras visões da realidade enriquecessem a pesquisa. O trabalho de Patrício (2003) permitiu-nos estabelecer as

características peculiares da escola, tratando a questão das fontes de pesquisa e enfatizando aspectos da cultura escolar na perspectiva da educação cívica e da formação para o trabalho. Por meio dos relatos dos ex-alunos que atribuíram à Escola todos os sucessos e méritos que alcançaram na vida, a autora conclui que a EAA de Sergipe alcançou seus objetivos, além de incorporar diversas características da cultura dos grupos escolares.

Kunze (2005:23) estudou a Escola de Aprendizizes Artífices do Mato Grosso intentando conhecer o percurso desenvolvido pela EAA-MT buscando:

entender seu mecanismo, suas especificidades e particularidades por intermédio do exame dos elementos eleitos como capazes de caracterizá-la, capazes de esboçar o seu retrato e significado para a sociedade como a criação, instalação, espaço físico, ensino, professores, alunos, atores e legislação concernentes, entre outros. (BUFFA, 2002) E, na medida do possível, *buscou detectar os traços de sua cultura escolar*. (Grifo nosso)

Em síntese, vale ressaltar que os pesquisadores citados, estudiosos das EAAs em seus respectivos Estados, deixaram sua parcela de contribuição à pesquisa sobre a EAA-MG.

A Escola de Aprendizizes Artífices de Minas Gerais - EAA-MG

Realizamos uma investigação de caráter sócio-histórico sobre a EAA-MG (PEREIRA, 2008a; 2008b) tendo como **objetivo geral** construir, analisar e inserir fontes de conhecimentos orais, visuais e escritas no campo da História da Educação, por meio das memórias dos alunos pioneiros da Escola de Aprendizizes Artífices de Minas Gerais (1910–1942), primeira configuração escolar do atual Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, o CEFET-MG. Os **objetivos específicos** foram os seguintes: o **primeiro** deles foi apreender a formação que os alunos pioneiros receberam na Escola de Aprendizizes Artífices de Minas Gerais, para suas posteriores trajetória profissionais. O **segundo** foi apreender à articulação entre a escola e a cidade, ou seja, o lugar da escola no espaço da cidade e a descoberta da cidade no itinerário da escola. O **terceiro** foi apreender como a escola construiu uma cultura que lhe é própria, ao se constituir historicamente. Assim, privilegiou-se a cultura escolar como **categoria**

de análise, a partir de seus elementos fundamentais: os tempos, espaços e materialidades escolares; os conhecimentos escolares e os métodos de ensino e disciplinamento, os sujeitos escolares, suas sensibilidades e valores. A **abordagem metodológica** escolhida para o desenvolvimento deste estudo, de caráter qualitativo, foi a **História Oral**, metodologia de pesquisa que privilegia os testemunhos não escritos, as fontes não hegemônicas e, ao mesmo tempo, dialoga com uma multiplicidade de fontes escritas, visuais e inclusive as oficiais. Portanto, este exercício de reflexão e construção de uma das possíveis versões da história da Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais, sobretudo por meio das vozes dos seus alunos pioneiros, procurou ser um espaço privilegiado de fontes e registros de um saber, proveniente de experiências vividas e ressignificadas por sujeitos sociais das classes populares.

Os objetivos que embasaram esta pesquisa, assim como as categorias de análise eleitas e os pressupostos teórico-metodológicos apresentados anteriormente, constituíram o **primeiro capítulo** e perpassaram todo o texto sendo tematizados de maneiras distintas e com diferentes níveis de aprofundamento nos demais capítulos em que o trabalho foi organizado.

Dessa perspectiva, no **segundo capítulo** foi apresentada uma justificativa epistemológica para a utilização da metodologia da História Oral; a noção de fontes orais como bens culturais e patrimoniais; o binômio História Oral/Memória; o diálogo da História Oral com a cultura material; a documentação expedida pelo governo brasileiro e a legislação que regia as EAAs; a imprensa mineira e as imagens fotográficas como fontes de pesquisa; uma breve narração sobre a história da História Oral, enfatizando os antecedentes da constituição do movimento de História Oral no século XX, a memória do movimento de História Oral: quatro revoluções paradigmáticas, a História Oral no Brasil e a História Oral na história da educação brasileira. Foi apresentado, também, o caminho percorrido em busca de uma análise sócio-histórica válida dos dados recolhidos em diversas fontes; a História Oral e a amostra da pesquisa, ou seja, os alunos pioneiros, por meio de seus *portraits*, assim como a rede dos narradores foi sendo tecida ao longo da investigação. E por fim foi apresentada uma justificativa para a realização de um videodocumentário, um dos produtos finais da tese, com os depoimentos dos alunos pioneiros entrevistados em diálogo com outras fontes pesquisadas.

No **terceiro capítulo** foram articulados os aspectos que se estabeleceram entre os elementos constitutivos internos e externos à escola. Foi necessário, pois, contextualizar Belo Horizonte à época do surgimento da EAA-MG, e isso implicou narrar fragmentos do surgimento da cidade que se deram alguns anos antes da criação da EAA-MG. Produziu-se, assim, um conhecimento sobre a cidade planejada de Belo Horizonte na modernidade, assim como sobre o lugar que a escola ocupou na cena da cidade e sua descoberta no itinerário da escola. Demonstrou-se, ainda, que, para os sujeitos sociais da educação escolarizada para o trabalho, a modernidade estava intimamente articulada com a ampliação da racionalização do aparelhamento do trabalho capitalista e com o desenvolvimento de Belo Horizonte, a capital modelo do urbanismo moderno brasileiro.

A partir do **quarto capítulo**, a atenção voltou-se para os elementos que constituem o conceito de cultura escolar, categoria de análise escolhida para o desenvolvimento do estudo. Em razão disso, analisou-se: os tempos, os espaços e as materialidades escolares produzidas pelos sujeitos sociais, da educação escolar profissional, voltada para o trabalho artesanal e manufatureiro, que visavam à institucionalização, uma nova forma escolar, ou seja, da escolarização do trabalho, e, conseqüentemente, de uma nova cultura escolar.

O **quinto capítulo** ocupou-se dos conhecimentos escolares e dos métodos de ensino e disciplinamento como manifestações de produção da cultura escolar. Dessa perspectiva, enfocou-se: os conteúdos da educação na EAA-MG, as elaborações dos sujeitos escolares sobre a organização da instituição escolar e das práticas cotidianas de aprendizagem articuladas aos novos espaços criados pela instituição. Comprovou-se como os métodos de ensino se emaranhavam com os métodos de disciplinamento permeando todo o processo de ensino-aprendizagem, demonstrando a homogeneidade e a uniformidade que a escola pretendia alcançar por meio da escolarização e disciplinamento dos corpos e mentes.

O **sexto capítulo** ocupou-se dos sujeitos, sensibilidades e valores escolares. Os dados referentes a esses elementos que constituíram a cultura escolar da EAA-MG, durante aproximadamente seus primeiros 25 anos, foram obtidos nas instruções e regulamentos concernentes às EAAs e por meio da imprensa mineira. A partir de 1926, foram acrescentados os dados referentes às narrativas dos alunos pioneiros da EAA-

MG. Nesse sentido, ficou ressaltado que, antes de 1926, dialogou-se com as regras, com os regulamentos, com a imprensa mineira, demonstrando as atitudes dos sujeitos escolares identificadas nesses documentos, tentando desenvolver sensibilidades e valores representativos da escola republicana. Ao ouvir as vozes dos alunos pioneiros narrando suas experiências vividas na EAA-MG, e hoje ressignificadas, tentou-se detectar quais os valores e sensibilidades da cultura escolar que realmente estavam atuando sobre eles. Buscou-se compreender também como os alunos pioneiros se apropriaram dessas sensibilidades e valores, colocando-os em prática.

Considerações Finais

Este exercício de reflexão e construção de uma das possíveis versões da história da Escola de Aprendizizes Artífices de Minas Gerais e da cultura escolar por ela produzida, sobretudo por meio das vozes dos seus alunos pioneiros, procurou ser um espaço privilegiado de fontes e registros de um saber proveniente de experiências vividas e ressignificadas por sujeitos sociais das classes populares.

Os sentidos e as interpretações encontrados em seus depoimentos são também socialmente produzidos e susceptíveis de manifestarem outro lugar do discurso, no caso dos alunos pioneiros, denominados na época de “filhos dos desfavorecidos da fortuna”, aqueles para quem o ensino de ofícios foi pensado. Eles são os sujeitos sociais que falam de um lugar inscrito em outro lado da história oficialmente narrada. Assim, não é por casualidade que determinados discursos se encontram na oralidade, e não na memória escrita. A utilização da metodologia da História Oral conduz, portanto, “a encontrar de fato a diferença na pesquisa: um outro sujeito na/da história”. (PAYER, 2005)

Por meio da consciência da importância do caráter político, social e cultural das memórias dos alunos pioneiros acionadas pela metodologia da História Oral, a cultura produzida na escola pôde ser compreendida. Da mesma maneira, foi-nos possível construir, analisar e inserir fontes de conhecimentos orais, visuais e escritas no campo da História da Educação. Foi possível percebermos, também, nesse processo educativo, a constituição de uma cultura escolar que reflete os valores e o clima cultural da nova capital mineira, em desenvolvimento muito

intenso nesse período. A cultura escolar “ultrapassou os muros da escola”, alcançando a cidade e formando os alunos pioneiros da EAA-MG para suas posteriores trajetórias profissionais.

Faz-se necessário destacar a certeza de que, a compreensão dos trabalhos aqui apresentados sobre temáticas histórico-educacionais envolvem, sobretudo, as relações entre educação e trabalho e a formação da sociedade brasileira no período republicano. Esses conhecimentos científicos produzidos no cenário nacional e regional sobre a primeira rede federal de instituições educativa voltada para o trabalho, constituída pelas Escolas de Aprendizes Artífices – EAAs são reconhecidos, principalmente, por desenvolverem uma articulação com outros campos do conhecimento histórico. Essas pesquisas identificam e debatem a imbricação entre a educação para o trabalho e a ética, as relações de poder, as políticas públicas, as representações, a cultura escolar e a cidade como aliada da escola na construção da nova ordem pública republicana.

Referências Bibliográficas

BASTOS, Péricles Antônio Barra. **Escola de aprendizes artífices do Pará, 1909-1942: um estudo histórico**. 1980. Dissertação (Mestrado em Educação) -- Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1980.

BUFFA, Ester. História e filosofia das instituições escolares. In: GATTI JUNIOR, Décio; ARAÚJO, José Carlos Souza (Org.). **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. São Paulo: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002a. p. 25-38.

CUNHA, Luis Antônio. Antecedentes das escolas de aprendizes artífices: o legado imperial. **Revista da Faculdade de Educação**, Niterói, UFF, v. 11, n. 2, p. 47-66, jul./dez.1984.

CUNHA, Luis Antônio. As escolas de aprendizes artífices e a produção manufatureira. **Revista da Faculdade de Educação**, Niterói, UFF, ano10, n. 1-2, jan./dez. 1983.

CUNHA, Luis Antônio. As raízes da escola de ofícios manufatureiros no Brasil – 1808/1820. **Revista Fórum Educacional**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 5-27, abr./jun. 1979a.

CUNHA, Luis Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: Brasília: Ed. UNESP; FLACSO, 2000.

CUNHA, Luis Antônio. O ensino de ofícios manufatureiros em arsenais, asilos e liceus. **Revista Fórum Educacional**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 3-47, jul./set. 1979.

CUNHA, Luis Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Brasília: Ed. UNESP; FLACSO, 2000.

CUNHA, Luis Antônio. **O ensino industrial-manufatureiro no Brasil: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Brasília: Ed. UNESP; FLACSO, 2001.

CUNHA, Luis Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: Brasília: Ed. UNESP; FLACSO, 2000.

CUNHA, Luiz Antonio; SOARES, Manuel de Jesus Araújo; VINHA, Valéria Gonçalves da. **A formação escolar da força de trabalho industrial no Brasil: as escolas de aprendizes artífices**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas: Instituto de Estudos Avançados em Educação, 1980. 153 p.

CUNHA, Luiz Antonio; SOARES, Manuel de Jesus Araújo; VINHA, Valéria Gonçalves da. **A formação escolar da força de trabalho industrial no Brasil: as escolas de aprendizes artífices**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas: Instituto de Estudos Avançados em Educação, 1980. 153 p.

D'ANGELO, Márcia. **Caminhos para o advento da Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo (1910-1930): um projeto das elites para uma sociedade assalariada**. 2000. Dissertação (Mestrado em História Econômica) -- do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2000.

FERREIRA, Almiro de Sá. **Profissionalização dos excluídos: a Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba. 1910-1940**. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2002.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino profissional no Brasil**. Rio de Janeiro: MEC, 1961.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino profissional no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: SENAI, 1986.

KUNZE, Nadia Cuibano. **A Escola de Aprendizes Artífices de Mato Grosso (1909-1941)**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) -- Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2005.

KUNZE, Nadia Cuibano. **A Escola de Aprendizes Artífices de Mato Grosso (1909-1941)**. Cuiabá: CEFET-MT, 2006.

MADEIRA, Maria das Graças de Loyola. **Recompondo memórias da educação: a Escola de Aprendizes Artífices do Ceará (1910-1918)**. Fortaleza: CEFET-CE, 1999.

PATRÍCIO, Solange. Educação para o trabalho: **A Escola de Aprendizes Artífices em Sergipe (1911- 1930)**. 2003. Dissertação (Mestrado em educação). São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2003.

PAYER, Maria Onice. Discurso, memória e oralidade. **Horizontes**, Bragança Paulista, v. 23, n. 1. Jan./jun. 2005.

PEREIRA, Bernadeth Maria. **Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais, primeira configuração escolar do CEFET- MG, na voz de seus alunos pioneiros (1910-1942)**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2008a. (Tese de Doutorado em Educação).

PEREIRA, Bernadeth Maria. **Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais, primeira configuração escolar do CEFET- MG, na voz de seus alunos pioneiros (1910-1942)**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2008b. (Videodocumentário anexado à Tese de Doutorado em Educação).

QUELUZ, Gilson Leandro. **Concepções de ensino técnico na república velha: 1909-1930**. Curitiba: Ed. CEFETPR, 2000.

SOARES, Manoel de Jesus A. As escolas de aprendizes artífices e suas fontes inspiradoras. **Revista Fórum Educacional**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 4, p. 69-77, out./dez. 1981.

SOARES, Manoel de Jesus A. As escolas de aprendizes artífices: estrutura e evolução. **Revista Fórum Educacional**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 58-92, jul./set. 1982.

SOARES, Manoel de Jesus A. Uma nova ética do trabalho nos anos 20. **Série Documental: Relatos de Pesquisa**, [S.l.], n. 33, p. 22-30, jul. 1995.

SOUZA, Ana Cláudia Ribeiro de. **A Escola de Aprendizes Artífices do Amazonas. Os caminhos de sua implantação e consolidação: 1909-1942**. 2002. Dissertação (Mestrado em História da Ciência) --Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.